

EDITORIAL

Mais uma luta epidêmica: a dengue

Aparentemente, a comemoração pelo controle da morbimortalidade de casos de COVID-19 não poderia se delongar sem que o antigo hóspede *Aedes Aegypti* mostrasse as asas. Caminha-se para a provável pior epidemia de dengue já enfrentada no Brasil.

É assustador pensar que, ainda no primeiro quadrimestre de 2024, estejamos passando por mais um surto de dengue na qual, até início de abril, há registro de mais de três milhões de casos prováveis, e mais de mil casos de óbitos confirmados por dengue, sem levar em consideração a possibilidade, ainda existente, de um grande número de casos subnotificados¹.

Nada muito novo para os heróis da saúde, que, mesmo ainda feridos da última batalha pandêmica (controlada, mas ainda em curso), precisam se preparar para as três fases da dengue (febril, crítica e de recuperação), da qual poderão acontecer sintomas como febre alta, dores musculares e articulares (mialgia e artralgia), cefaleias persistentes, dor retro-orbital, prostração e fraqueza².

Acrescenta-se grupos que podem ter desfechos mais graves, como: gestantes, crianças, idosos e portadores de condições crônicas, que são prioridades no monitoramento. Para o manejo dos casos graves, o tempo de observação aumentou, além dos cuidados já conhecidos, como hidratação aumentada e controle dos sintomas, e a tentativa de quebra do ciclo de contaminação com o uso de repelentes².

Mesmo com esforços para disponibilização da tão esperada vacina contra a dengue (Qdenga), já aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em 2023, que consegue induzir respostas imunológicas contra os quatro sorotipos do vírus da dengue, o número de casos aumenta e o controle do vetor ainda parece ineficaz. Felizmente, em 16 estados brasileiros já está disponível para crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos que moram em cidades com mais de 100 mil habitantes³. Mas não se dispõe da referida vacina para compra suficiente, de modo a cobrir todos os grupos etários ainda, e nem mesmo aqueles de maior risco de gravidade.

Percebe-se que, mesmo com a proposta de gestão de controle de epidemias trazendo tópicos como “*organização da assistência*”, “*controle de vetores*” e “*capacitação e educação permanente*”, o sucesso está intimamente vinculado à participação da atenção primária à saúde (APS) devido ao alcance em todo o território brasileiro, considerando sua dimensão continental⁴.

Nesta perspectiva, além das propostas governamentais, como coleta de lixo e redução de potenciais locais de desenvolvimento do mosquito, e detecção precoce e busca ativa de casos e identificação do risco de aumento de transmissão, bem como, a organização da rede assistencial⁵, em si, ações de conscientização da população são fundamentais, visto que a maioria dos casos tem relação com o ambiente doméstico, o que demanda uma revisão dos cotidianos familiares, uma vez que os programas de controle de dengue não são capazes de resolver por si só⁶.

Boa Leitura!

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (Brasil). Painel de monitoramento das arboviroses. Atualização de casos de arboviroses [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2024 [citado em 14 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses>
2. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança [Internet]. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2024 [citado em 14 abr 2024]. 81 p. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/dengue/dengue-diagnostico-e-manejo-clinico-adulto-e-crianca>
3. Ministério da Saúde (Brasil). Dengue. Regiões de Saúde Atendidas em 2024. Municípios selecionados para vacinação da dengue [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2024 [citado em 14 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue/vacinacao>
4. Elidio GA, Sallas J, Pacheco FC, Oliveira C, Guilhem DB. Atenção primária à saúde: a maior aliada na resposta à epidemia da dengue no Brasil. Rev Panam Salud Pública [Internet]. 2024 [citado em 14 abr 2024]; 48. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10993801/pdf/rpsp-48-e47.pdf>
5. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia de vigilância em saúde [Internet]. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2023 [citado em 14 abr 2024]. v. 3. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_6ed_v3.pdf
6. Albuquerque Neto JA, Moraes NMM, Silveira LCP, Pinculini APG, Souza AP. Dengue: os desafios não deixaram de existir. Revista Observatório de la Economía Latinoamericana [Internet]. 2024 [citado em 14 abr 2024]; 22(1):2863-75. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2917/2057>

 **Álvaro da Silva Santos**

Enfermeiro. Especialista em Saúde Pública. Mestre em Administração em Serviços de Saúde Pública. Doutor em Ciências Sociais. Pós Doutor em Serviço Social. Professor Associado IV dos Programas de Pós Graduação em Atenção à Saúde (PPGAS) e Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba/MG, Brasil.

 **Daniel Edson Silva Caixeta**

Enfermeiro. Especialista em Saúde Pública e da Família. Mestrando em Atenção à Saúde pela UFTM. Referência Técnica do Centro de Controle da Dengue (CEDENGUE) da Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba/MG, Brasil.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons